

Ministro do Meio Ambiente promove diálogo com setor produtivo

Um dos pontos é garantir segurança jurídica à Lei Geral de Licenciamento Ambiental, segundo Sarney Filho

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, participou de encontro com líderes empresariais e sindicais na sede da Fiesp. “A Fiesp é uma das entidades de classe com mais prestígio. Não se pode pensar no Brasil sem pensar na Fiesp e viemos dialogar”, deu o tom o ministro ao abrir a reunião.

“É fundamental para o país a busca de equilíbrio, pois isso significa a responsabilidade social, econômica e ambiental que gera o tripé do desenvolvimento sustentável que todos nós queremos”, afirmou Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp, reforçando que garantir segurança jurídica e descomplicar o processo de licenciamento são pontos essenciais.

No encontro, o ministro Sarney Filho abordou pontos cruciais da agenda ministerial, como os acordos em



andamento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que trata da logística reversa, e a manutenção do protagonismo brasileiro, no cenário internacional, quanto às discussões sobre a mudança do clima.

De acordo com Sarney Filho, a ratificação do Acordo de Paris – estabelecido na COP21, na França, no final de 2015, no Congresso Nacional, proporcionou o avanço necessário para o estabelecimento de políticas nacionais de adaptação e de combate aos gases de efeito estufa (GEE). O Brasil fez a ratificação e depositou o texto nas Nações Unidas no dia 21 de setembro, reafirmando seu compromisso para conter o aquecimento global.

Quanto à nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental, em discussão no governo, segundo Sarney Filho, a palavra de

ordem é consenso.

A iniciativa gestada pelo governo resultou na proposição de um PL específico a fim de consolidar conceitos e formular a nova Lei Geral do Licenciamento, esclareceu Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp. Em sua avaliação, o ministro está aberto ao diálogo, para obter consenso e avançar. “O licenciamento é fundamental, e há atrasos em função de órgãos intervenientes que não têm prazos para responder às solicitações. É preciso compreender o papel do Ibama e do Conama nesse processo. Os órgãos licenciadores são os Estados, mas é preciso definir parâmetros”, pontuou.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Equipe técnica da Fiesp participa da COP 22

Página 02

Segundo Vice-presidente da FIESP destaca acordo de Paris em artigo no Uol

Página 02

II Seminário Internacional de Conduta Empresarial Responsável mostra melhores práticas no Brasil e na União Europeia

Página 03

Aconteceu em Marrakesh

Equipe técnica da Fiesp participa da COP 22

A Conferência das Partes (COP), órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Marrakesh, em novembro, foi marcada pela entrada em vigor do Acordo de Paris no dia 04 do mesmo mês.

Por ser a primeira COP a ocorrer logo após a entrada em vigor do Acordo de Paris, a Conferência teve uma significativa participação de 22.400 atores da sociedade, sendo 15.800 delegações oficiais de governos, 5.400 representantes da sociedade civil e agências intergovernamentais e 1.200 representantes da mídia.

Não era esperado que o Acordo de Paris entrasse em vigor neste momento, de forma que foram antecipados debates previstos para ocorrerem somente na próxima COP 23, em 2017.

Desta forma, houve o adiantamento da instalação da Conferência das Partes sob o Acordo de Paris –CMA 1, que ao final de suas reuniões adotou o documento denominado de “Marrakech Partnership for Global Climate Action”, que estimula as partes envolvidas a trabalharem para concretizar a Agenda do Clima, bem como elaborar um Plano de Trabalho de 2017 a 2020, visando a efetivação das ações necessárias à implementação do Acordo de Paris.

Neste contexto, foram adotadas 35 decisões sob a COP, 8 sob o Protocolo de Quioto e 2 sob a CMA-1, sendo que os temas mais relevantes debatidos foram:

1. Implementação do Fundo Verde e concretização dos valores financeiros para compra o fundo.
2. Adaptação sob o Acordo de Paris.
3. Programa de trabalho para perdas e danos conforme estabelecido no Acordo de Varsóvia.
4. Precificação de Carbono e economia de baixo carbono com a participação do setor privado.
5. Facilitação para transferência de Tecnologia.
6. Financiamento de longo prazo - GCF.
7. O reconhecimento de que serão necessários, adicionalmente ao já previsto no GCF, investimentos de US\$ 3 trilhões para incrementar a infraestrutura de baixo carbono e tornar possível manter o aumento da temperatura abaixo de 2°C.

Segundo Vice-presidente da FIESP destaca acordo de Paris em artigo no Uol

O segundo vice-presidente da Fiesp, João Guilherme Sabino Ometto, publicou artigo na seção de opinião do portal UOL, comentando a entrada em vigor do Acordo de Paris, último tratado das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, com medidas de redução das emissões de dióxido de carbono a partir de 2020. O acordo foi negociado em Paris, na França, e aprovado em 2015.

Em seu texto, Ometto destaca o engajamento do setor produtivo e o fato de que a indústria sustentável será vital para a economia daqui por diante:



“O atual cenário de economia intensiva em carbono dará lugar, aos poucos, à economia de baixo carbono e instigará o aprimoramento nos modelos produtivos. Garantir o agronegócio e a indústria sustentáveis será vital à nossa economia e seu desenvolvimento. (...)

Há tempos a Fiesp, que representa quase 50% do PIB industrial brasileiro, vem atuando nos debates mundiais sobre o aquecimento global, culminando com a criação do seu Comitê de Mudança do Clima, em 2009. Nesse contexto, a contribuição decisiva da indústria para a redução das emissões de gases de efeito estufa ganha escala a partir da entrada em vigor do novo acordo, com a necessária contrapartida de transferência de tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”.

A Fiesp também publicou anúncio sobre o acordo em jornais como a Folha de S. Paulo. Vale a pena conferir ainda o site Clima em Debate, da Fiesp, com as novidades sobre o tema, disponível no link: <http://climaemdebate.fiesp.com.br/>.

Para ler o artigo completo do Dr. Ometto no UOL, acesse o link:

<http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2016/11/04/com-acordo-de-paris-industria-sustentavel-sera-vital-a-economia.htm>

Fonte: Agência Indusnet Fiesp - editado

«Sustentabilidade não pode ser um projeto, e, sim, um processo», diz na FIESP, presidente da Eurocâmaras

II Seminário Internacional de Conduta Empresarial Responsável mostra melhores práticas no Brasil e na União Europeia

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp



A Fiesp foi palco do II Seminário Internacional de Conduta Empresarial Responsável-Melhores Práticas Brasil e União Europeia, uma realização do Comitê de Responsabilidade Social (Cores) e Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp em parceria com a União Europeia e Eurocâmaras.

João Gomes Cravinho, embaixador da União Europeia, ressaltou a importância do momento do seminário. O interesse e entusiasmo das empresas na primeira edição do seminário levou Fiesp e UE a perceberem a importância de trabalhar pela competitividade das empresas.

O embaixador enfatizou a posição da UE de que o crescimento deve ser sustentável e inclusivo e afirmou que muitas empresas que compreendem que fazem parte de uma lógica muito mais ampla, são as mais bem-sucedidas. Cravinho agradeceu à Fiesp pela parceria na criação de um pensamento empresarial mais adequado ao tempo em que vivemos.

Para ajudar na tarefa de disseminar novas ações e projetos pioneiros, explicou Cravinho, esta segunda edição do encontro contou com workshop para troca de experiências e seminário sobre negócios e direitos humanos, abordando os quatro pilares básicos da responsabilidade empresarial: impacto sobre ambiente e sociedade; competitividade sustentável; ações nas cadeias de suprimentos, para envolver empresas de menor porte e outros atores na conduta empresarial responsável; e negócios e direitos humanos.

Nils Grafström, presidente da Eurocâmaras, guarda-chuva de câmaras de comércio bilaterais de diversos países que representam cerca de 5.000 empresas europeias, afirmou que questões da sustentabilidade têm que ser parte integrante do negócio como parte do trabalho da diretoria e ficar a cargo de alguém que participe de todas as áreas da empresa. “Sustentabilidade não pode ser um projeto, e, sim, um processo.” Para Nils o desafio do CEO é criar um grande negócio sustentável, e não apenas um grande negócio.

O diretor executivo de projetos da Fiesp, Brigadeiro Aprigio

de Moura Azevedo, representando Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp, ressaltou o envolvimento de 130.000 indústrias representadas pela Fiesp nas questões da competitividade, a qual passa cada vez mais pela conduta empresarial responsável, incluindo a sustentabilidade. Para Aprigio parceria é expressão posta para o mundo, que entendeu de forma clara e definitiva que é preciso dar as mãos para atingir a sustentabilidade em amplo espectro. Grácia Fragalá, diretora titular do Cores, destacou exemplos das empresas presentes, que mostram como é possível alcançar a sustentabilidade. A Fiesp, explicou, segue os princípios do documento A Desigualdade é Insustentável. O resultado das iniciativas nessa área, disse, é a existência de empresas sustentáveis, que geram empregos de qualidade.

Competitividade Sustentável – Conduta Empresarial Responsável e Governança como critério de Investimento

O painel trouxe o debate sobre questões de impacto na competitividade das organizações ao considerar aspectos de sustentabilidade em seus planos de negócio, quando as atividades empresariais e a governança corporativa influenciam diretamente as carteiras de investimento e dinâmica de mercados financeiros.

Os palestrantes destacaram a relevância das práticas ambientais para o retorno dos negócios e a longevidade das empresas no mercado, além da transparência nos relatórios e divulgações de informações, criando uma relação ética com seus consumidores, cada vez mais exigentes.

Avanços na agenda de empresas e direitos humanos no Brasil

Gracia Fragalá, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp (Cores), ao abrir o encontro sobre os avanços na agenda de empresas e direitos humanos no Brasil, afirmou que temos visto, na agenda do desenvolvimento sustentável, avanços significativos nos aspectos ambientais, mas ainda existe o desafio de vencer os impactos sociais e as questões dos direitos humanos.

Questões como o assédio moral, aspectos psicossociais e outros fatores que afetam as pessoas estão muito mais próximas da realidade das empresas brasileiras que as do trabalho similar à escravidão, destacou.

João Gomes Cravinho, embaixador da União Europeia (UE), ressaltou que nos últimos anos percebeu se a importância de envolver as empresas na promoção dos direitos humanos.

Flávia Piovesan, secretária especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (SDH), disse que

espera um avanço no tema a partir da parceria, que inclui Fiesp, União Europeia, Eurocâmaras e SDH.

Denise Vellasco, coordenadora do Ponto de Contato Nacional do Brasil da OCDE, e Fabiana Moreira, subchefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações

Exteriores, destacaram as relações dos direitos humanos e as relações internacionais, em especial comerciais.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Especialistas debatem na FIESP medidas adotadas para a recuperação ambiental em Mariana

Ações para mitigação dos danos após o rompimento da barragem, em 2015, foram apresentadas ao Cosema

O desastre de Mariana, ocorrido em novembro do ano passado, foi tema de atenção do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), com a presença de três expositores. O primeiro deles, Alexandre de Andrade Souto, gerente geral de Estratégia, Gestão e Informação da Samarco, tratou da recuperação da área após o desastre.

A Samarco avaliou uma série de eventos que promoveram a saturação de água na barragem até o seu rompimento e afirmou que se deve estabelecer novo modelo de mineração.

Como resposta para gerenciar o desastre e canalizar os investimentos necessários, foi criada a fundação Renova, em agosto de 2016, que deu origem a 41 programas socioambientais. Haverá o aporte financeiro de R\$ 5 bilhões nos três primeiros anos e, nos demais, de R\$ 800 milhões a R\$ 1,6 bilhão até que os impactos sejam compensados.

Souto afirmou que, entre as ações, está o manejo de rejeitos e seu reaproveitamento, dando destinação econômica e geração de renda para as famílias afetadas. Os programas abrangem o sistema de contenção dos rejeitos e tratamentos dos rios, revegetação, a recuperação de tributários e contenção e controle da erosão nas calhas principais, recuperação das nascentes e da flora, além do monitoramento da bacia do rio Doce, educação ambiental e comunicação e mais a construção de diques e obras de estabilização da barragem.

Eduardo Figueiredo, diretor-presidente do Instituto BioAtlântica, enfatizou que grande parte da bacia hidrográfica do rio Doce precisa de estratégias bem definidas, pois em sua maior parte é composta de



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

pastagens com processo de erosão. A bacia vem registrando stress hídrico nos últimos 3-4 anos, agravado pelo risco climático com seca e assoreamento e queda da produtividade, consequentemente.

O engenheiro José Claudio Junqueira Ribeiro, conselheiro da Associação Mineira de Defesa do Ambiente-AMDA, trouxe a visão da sociedade civil que acompanha de perto os impactos do desastre e destacou que a atividade de mineração tem forte importância econômica, respondendo de 50 a 70% da arrecadação de Mariana, portanto a paralização da empresa ainda traz impactos para a região.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Conheça o trabalho realizado pela Fiesp em prol do meio ambiente e do clima:
<http://www.climaemdebate.com.br/>

FIESP

PORTAL
**CLIMA
 EM DEBATE**

CIESPs regionais debatem a agenda do setor produtivo

O DMA juntamente com as Diretorias Regionais do Ciesp da Macro 2 (Franca, Sertãozinho e Ribeirão Preto) e Macro 3 (Matão, Araraquara, São Carlos e São João da Boa Vista), participaram da reunião na sede da DR – Ribeirão Preto para debater a agenda do Setor Produtivo com enfoque ambiental e desenvolvimento nas áreas das regionais do Ciesp.



Foram destacados e discutidos com os participantes da indústria e convidados temas como:

- a agenda do DMA e programação de 2017
- oportunidades e desafios da Mudança do Clima
- ordenamento da legislação ambiental
- ferramenta Monitore – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais
- licenciamento ambiental e a aplicação da liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique os cálculos para o licenciamento ambiental estudos regionais em andamento e a proposta para 2017 sobre a discussão do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE
- participações nos Comitês de Bacias Hidrográficas Federal e Paulistas.

Estiveram presentes na reunião, o Diretor Titular do DMA FIESP/CIESP, Nelson Pereira dos Reis, e os Diretores Titulares do Ciesp da DR- Ribeirão Preto, Guilherme C. Feitosa, da DR- Sertãozinho, Adézio José Marques, DR- Araraquara, Ademir Ramos da Silva e Diretor Titular de São Carlos, Ubiraci Moreno P. Corrêa.

Ganham cada vez mais destaque Produção e Consumo Sustentáveis

Inovar é transformar conhecimento em valor. É preciso medir o que se está fazendo e acompanhar a eficiência ao longo do tempo, pois não se pode melhorar o que não se conhece. Deve-se compreender, no âmbito da empresa, o que a sustentabilidade representa para ela de acordo com o seu perfil. A observação partiu de Marlúcio de Souza Borges, diretor-adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp (DMA) em seminário sobre a Produção e Consumo Sustentáveis realizado na Fiesp.

“Conceitualmente, Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) trata da aplicação de abordagem integrada entre produção e consumo com vista à sustentabilidade. Há relação de dependência e influência de um e outro”, explicou Borges.

Outro fator apontado por Borges é que o tema compõe o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 12, evidenciando a importância deste assunto que está na agenda global de desenvolvimento pós-2015.

Borges destacou o Guia de Produção e Consumo Sustentáveis, elaborado pela Fiesp, que surgiu nesse contexto. Voltado às PMEs, que compõem toda a base do fornecimento – mais 90% das empresas existentes em São Paulo são micro e pequenas. Portanto, o Guia tem esse viés, identificar pressões, traduzir tendências e sinalizar oportunidades.

Como fazer: case DPaschoal- foco no consumo sustentável

No seminário foi apresentado o case DPaschoal. De acordo com Eliel Bartels, head de Engenharia da empresa, em 2007, segundo pesquisa e indicadores



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

internos, percebeu-se forte queda da satisfação por parte do cliente. Portanto, decidiu-se por modificar um sistema interno de recompensa aos vendedores – o que poderia levar a trocas desnecessárias de peças do veículo, o que não era sustentável nem para o cliente e nem para a empresa, envolvendo risco futuro de sua própria sobrevivência – e apostar no mote trocar vendas por servir. Nesse sentido, foi lançado o programa Economia Verde, que demandou tempo de treinamento de funcionários, expressivos investimentos, inclusive em desenvolvimento de produtos específicos de medição de desgaste de pneus, pastilhas e amortecedores. Com o lançamento de cartão de fidelidade, o veículo é submetido a um check up, com a indicação de peças que devem ser obrigatoriamente substituídas em função de desgaste e por segurança, e outros itens que ficam armazenados no sistema da

empresa. Calculado o tempo de desgaste do item, futuramente o cliente é avisado pela DPaschoal, para retornar às lojas para a manutenção, proporcionando o prolongamento de vida do item com segurança, de forma a evitar seu descarte prematuro em um relacionamento de confiança. Com o sucesso do Economia Verde, 1.400 clientes aderiram à parceria, e os indicadores internos

mudaram. Na análise da empresa, a cada revisão se abrem sete oportunidades futuras de atendimento, o que garante, inclusive, a sustentabilidade no consumo, na empresa e nos negócios.

Fonte: Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Ciesp Jacareí premia empresas em concurso socioambiental

O Ciesp Jacareí e as regionais de São José dos Campos, Mogi das Cruzes e Taubaté realizaram, com apoio do GPMAI e GTMA, a cerimônia de premiação do 1º Concurso Ciesp de Ações Socioambientais do Vale do Paraíba e Alto Tietê no teatro do Sesi em São José dos Campos.

O primeiro lugar foi para a Ericsson com o Programa Muriqui, apresentado pelo administrador de empresas Eduardo Sene Martins, que consiste na reutilização de madeira usada no transporte de componentes eletrônicos para a confecção de brinquedos e artesanatos feitos por crianças e adolescentes.

O segundo lugar ficou para a Tekno SA com o Curso de Educação Ambiental, apresentado pelo químico José Fernando Rodrigues da Silva. O projeto é realizado para os filhos dos funcionários e transmite conhecimentos sobre meio ambiente e reciclagem, mostrando a importância da conscientização ambiental.

Já a terceira posição foi para Kimberly Clark com o projeto KC Cultiva Desenvolvimento representado pela engenheira ambiental Bruna Rossi Duque. O projeto promove o desenvolvimento de crianças e jovens em relação ao meio ambiente, sustentabilidade, carreira, saúde e cultura por meio de encontros, palestras e visitas à fábrica.

Para o diretor do Ciesp Jacareí, Ricardo Esper, o evento reuniu uma vasta quantidade de projetos de impecável qualidade. “É muito gratificante conhecer os projetos desenvolvidos pelas indústrias da região. Todos,



indistintamente, estão de parabéns pelo empenho e dedicação no desenvolvimento dos mesmos dentro de suas unidades industriais”

Os três finalistas receberam troféus feitos por alunos do Senai exclusivamente para o concurso, unindo ideias que remetem à tecnologia e reciclagem.

Fonte: Assessoria de Imprensa do CIESP de São José dos Campos - Willian Martins, Agência CIESP de Notícias



12º PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

FAÇA PARTE DESTA INICIATIVA!

As inscrições vão até **20 de janeiro de 2017** e englobam duas categorias: indústrias de micro/pequeno portes e de médio/grande portes. Participe!

Saiba mais em www.fiesp.com.br/premioagua

Fóruns Ambientais

Os Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp têm como um de seus principais objetivos defender os interesses do setor industrial paulista em colegiados. Para tanto, são concentrados esforços na representação e participação em fóruns, comissões, conselhos, comitês, entre outros, de caráter deliberativo, normativo e/ou consultivo, de natureza governamental, empresarial ou do terceiro setor.

Veja a seguir os fóruns, debates e atividades com os quais os Departamentos estiveram envolvidos no período de outubro e novembro de 2016.

Federais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Em andamento a discussão da proposta do conteúdo mínimo do Plano de Comunicação de Risco para áreas contaminadas. Conforme Decreto Estadual 59.263/13, o Plano é obrigatório para Áreas classificadas como Críticas, portanto a posição da Fiesp nesse sentido é que a norma seja aplicada para áreas com essas características.

Comitês de bacias

Novas regras operativas para sistema integrado

O Comitê do Paraíba do Sul (CEIVAP) discutiu a entrada em vigor da deliberação conjunta que estabelece as novas regras operativas para sistema integrado. Também foram abordados os problemas operacionais de captação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí no período.

Plano Plurianual de Aplicação

O Comitê do Paraíba do Sul (CEIVAP) deu continuidade a análise da proposta do Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança para os próximos quatro anos.

Plano de Bacia

O Comitê do Paraíba do Sul (CEIVAP) analisou o relatório final do prognóstico da disponibilidade hídrica na bacia que faz parte da revisão em curso do plano de bacias. Na oportunidade, foi informado que as demais etapas do plano bacia deverão ser objeto de nova contratação (prognóstico em relação a qualidade, plano de ações e diretrizes para o enquadramento).

Os Comitês do Rio Grande e do Paranapanema aprovaram o diagnóstico do Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia.

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema foi lançado oficialmente no dia 29 de novembro em Londrina/PR. O PIRH teve seus trabalhos concluídos após três anos de elaboração e foi aprovado por unanimidade pelos

membros do comitê.

Dispensa de outorgas

O Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá reuniu-se para apresentação e esclarecimento de dúvidas sobre a alteração dos limites de uso da água, considerados insignificantes, de acordo com a revisão da portaria DAEE nº 2.292/06 sobre dispensa de obtenção de outorgas.

Planos de trabalho 2017

A Agência de Bacia PCJ e o Comitê do Rio Grande aprovaram seus planos de trabalho para 2017.

Eleições

O Comitê do Rio Grande reuniu-se para eleição dos novos coordenadores de câmaras técnicas. A Fiesp assumirá a coordenação da Câmara Técnica Institucional e Legal.

O Comitê do Rio Paranapanema empossou os novos membros e a nova diretoria do CBH-PARANAPANEMA para o quadriênio 2016-2020. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) foi eleito 1º vice-presidente.

Vagas remanescentes

O Comitê do Rio Grande aprovou edital para o processo de preenchimento das vagas remanescentes para entidades da Sociedade Civil, Estado e Município para comporem o plenário do CBH-Grande. do CBH-Grande.

Novas Câmaras/GTs

Para dar continuidade na mobilização de todos os setores que envolvem a gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, bem como a instituição de um grupo de acompanhamento do plano, o Comitê do Paranapanema aprovou a criação da Câmara de Articulação Política e do Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior.

Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)

Aprovada proposta de simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental de estações elevatórias de esgoto com vazão igual ou menor de 50l/s.

Aprovados os Planos de Manejo dos Parques Estaduais de Campos do Jordão e dos Mananciais de Campos do Jordão.

Aprovada a proposta de Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia (APRM-AC) na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT).

Comissão Temática Processante e de Normatização

Reunião em que houve a reinstalação da Comissão, com a confirmação de seu Presidente, Rodrigo Levkovicz da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. A CETESB apresentou os critérios utilizados na aplicação de suas

infrações, gradação de multas com o objetivo de orientar os trabalhos dos conselheiros referente a elaboração de Deliberação Normativa, para consolidar o procedimento para fixação dos tipos legais sancionatórios e respectivas dosimetria e fundamentação dos valores das multas aplicadas pela prática de ilícitos ambientais de cunho administrativo.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Seminário "Painel de águas subterrâneas do Estado de São Paulo – diretrizes para proteção e utilização".

CRH promoveu seminário que contou com a participação de especialistas e gestores para discussão de propostas de proteção em regiões específicas (Bauru, Ribeirão Preto e Alto Tietê) e para a gestão integrada no Estado de São Paulo.

Câmara Técnica de Planejamento

Em reunião conjunta com o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) a CT de Planejamento aprovou as deliberações que estabelecem o rateio de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para o ano de 2017.

Em relação a Deliberação sobre os novos programas de duração continuada (PDCs), a Fiesp manifestou posição contrária a criação do sub-PDC 2.6 "Apoio a infraestrutura dos órgãos de apoio ao SIGRH", pois tal programa contempla construção de prédios e aquisições de ativos (carros, computadores, etc), que devem ser financiados pelo Estado e não pelos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos- Fehidro, que tem como objetivo o suporte à Política Estadual de Recursos Hídricos.

Nesta reunião, também foi apresentada e aprovada a 2ª minuta de o Relatório de Situação Estadual 2016 – Ano Base 2015.

Câmara Técnica de Cobrança

Foi avaliada a incorporação das recomendações de ajustes no estudo de fundamentação da cobrança do Comitê do Alto Paranapanema (CBH-Alpa), sendo necessária algumas complementações para reavaliação do estudo pela CT-COB. Na ocasião, também foi concluída a avaliação do estudo de fundamentação da proposta de cobrança do Comitê de São José dos Dourados (CBH-SJD) e elaboração de parecer indicando os itens não atendidos da Deliberação CRH nº 111/ 09, que trata do conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança.

Câmara Técnica de Educação Ambiental

A CT elegeu a nova coordenadora, deu continuidade aos trabalhos de elaboração das diretrizes de Educação Ambiental para gestão de recursos hídricos e definiu a programação do III Encontro Estadual de Educação Ambiental.

Câmara Técnica de Usos Múltiplos do Recursos Hídricos

A CT iniciou discussão sobre a proposta da adoção de

mecanismos para facilitar a administração de conflitos de uso múltiplo dos recursos hídricos.

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas

Realizada a 1º reunião do grupo de trabalho formado no âmbito da câmara técnica de águas subterrâneas para elaboração de Plano de Ação para incentivo a regularização de poços não outorgados no Estado.

Câmara Técnica de Proteção das Águas

A CT deu continuidade à análise e revisão da minuta do relatório sobre a viabilidade do financiamento de pagamento por serviços ambientais (PSA) pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e outras fontes. A previsão de término do documento é até maio de 2017.

Fundação agência de Bacia do Alto Tietê (Fabhat)

O conselho deliberativo aprovou o plano de trabalho e a planilha orçamentaria para 2017. Os documentos seguem para apreciação e aprovação no plenário do Comitê da Bacia do Alto Tietê.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A compatibilização da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Estadual de Resíduos Sólidos continuou sendo pauta de discussão da Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável.

Área de Proteção Ambiental Tietê

Reunião para debater a proposta da Fundação Florestal quanto ao Zoneamento, Oficinas de Trabalho, e representatividade no Conselho Gestor desta APA.

Comitês de bacias

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

Os comitês estaduais estão em processo de elaboração das minutas de deliberações acerca dos critérios para seleção dos projetos que receberão investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2017. O prazo para aprovação em plenário das deliberações é até 31 de dezembro.

O Comitê do Mogi Guaçu aprovou os empreendimentos que receberão recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) no 2º pleito do exercício de 2016.

Relatório de Situação 2016 - ano base 2015

Durante os meses de outubro e novembro, os comitês de bacias estiveram em processo de elaboração dos seus respectivos relatórios de situação 2016 – ano base 2015. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos é um instrumento de gestão de recursos hídricos que tem como objetivos, a avaliação da eficácia dos Planos de Bacias Hidrográficas e subsidiar as ações dos poderes executivos e legislativos de âmbito municipal, estadual e federal.

Revisão dos Planos de Bacias nos CBHs

As Câmaras Técnicas dos CBHs: Paraíba do Sul; Alto e Pontal do Paranapanema; Sorocaba e Médio Tietê; Sapucaí Mirim e Grande; Rio Grande; Alto Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiá realizaram reunião para discutirem sobre a revisão dos Planos de Bacias e apresentação do andamento dos trabalhos até o momento. Os CBHs possuem um prazo de até 31 de dezembro de 2016 para aprovarem os Planos de Bacia 2016-2027 e Relatório de Situação de Recursos Hídricos.

O Comitê do Turvo Grande, por meio da câmara técnica de saneamento debateu as metas e ações do Plano de Bacia visando aumentar a eficiência das estações de tratamento de esgoto (ETEs) existentes na bacia.

Autorização para perfuração de poços

O Comitê do Pardo se reuniu para discussão acerca da deliberação que redefine critérios técnicos para autorização de perfuração de poços tubulares profundos no município de Ribeirão Preto.

Proteção de Mananciais

O Comitê do Pontal do Paranapanema deu continuidade as discussões para proposição de ações com foco na proteção do manancial do Alto Curso do Rio Santo Anastácio.

Eleições

O Comitê do Pontal do Paranapanema está revisando a deliberação com as regras do processo eleitoral para o próximo biênio.

O Comitê do Mogi Guaçu aprovou o edital e calendário para eleição do novo colegiado para o biênio 2017-2019 do CBH-Mogi.

Ações regionais e setoriais

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças)

O DMA realizou palestra sobre produção e consumo sustentáveis com dicas de como engajar organizações interessadas na implantação de políticas e práticas sustentáveis.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DR Alta Paulista

Foi dada continuidade ao trabalho de elaboração de um e-book sobre resíduos sólidos, material a ser distribuído aos associados.

DR Bauru

Em agosto, foi publicado em Bauru decreto constituindo o Comitê de Coordenação do PMSB, com a participação de

dois membros do Ciesp: Kláudio Cóffani, Coordenador do Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Bauru e Diretor Adjunto de Meio Ambiente no DMA, o qual participa como representante do COMDEMA, o Conselho Municipal do Meio Ambiente (pelo CIESP) e o Ricardo Carrijo, o qual participa como representante pelo CIESP.

O PMSB definirá as diretrizes relacionadas a gestão dos resíduos sólidos na cidade, bem como as diretrizes relativas a gestão da água, esgoto e drenagem urbana. Por serem aspectos de elevado impacto na gestão e nas operações, presentes e futuras das indústrias locais, a contribuição do setor na elaboração deste PMSB é de grande importância. As oficinas, reuniões públicas e debates, ocorrerão ao longo dos próximos meses, para que o PMSB seja um projeto de lei ainda no primeiro semestre de 2017. Somente após a promulgação desta lei, é que a municipalidade poderá avaliar a possibilidade de implantar Parcerias Público-Privadas -PPPs relacionadas ao saneamento básico em Bauru.

DR Botucatu

A empresa associada Lwart Lubrificantes apresentou o seu modelo de sistema de logística reversa de óleos lubrificantes usados ou contaminados aos membros do Grupo de Meio ambiente e Sustentabilidade da DR.

DR Cubatão

Reunião com o Centro de Integração e Desenvolvimento Empresarial da Baixada Santista (CIDE) para discutir a importância das entidades na gestão das águas por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) e das atividades do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (GERCO).

Rodadas e Encontros de Negócios do CIESP

Os representantes do DMA participaram das Rodadas de Negócios e Encontros Itinerantes de Negócios promovidos pela Diretoria de Produtos Serviços e Negócios do Ciesp realizadas nas Diretoriais Regionais de Araraquara, Campinas, e Indaiatuba, apresentando os serviços da área de meio ambiente como o Monitore, Informe Ambiental, Liminar Ciesp contra a alteração de cálculo de preços de licenciamento pela CETESB, publicações, entre outras ações.

Comissão Técnica de Proteção e Defesa do Meio Ambiente – PRODEMA

O DMA participou da reunião ordinária do PRODEMA da Diretoria Regional de Cubatão para discutir as propostas do Plano de Bacia do CBH-BS e a participação dos representantes da indústria eleitos para o Conselho do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista – GERCO.

Eventos

Workshop Embalagem & Sustentabilidade

O DMA realizou palestra sobre a Política Nacional de

Resíduos Sólidos (PNRS) no workshop Embalagem & Sustentabilidade organizado pelo Instituto de Embalagem.

Fórum Pacto Global

Evento promovido pela Rede Brasil do Pacto Global em que foram apresentados oito painéis temáticos sobre como o setor privado pode trabalhar para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cumprir as metas da Agenda 2030 das Nações Unidas.

4º Fórum Anual das Iniciativas Empresariais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O DMA palestrou sobre a Indústria 4.0 no 4º Fórum Anual das Iniciativas Empresariais promovido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O evento discutiu como a evolução industrial tem modificado a forma das empresas planejarem, produzirem e se desenvolverem, e como inserir a sustentabilidade neste contexto.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente (SIPATMA)

O DMA realizou palestra na SIPATMA do SESI de Botucatu sobre gestão dos recursos hídricos, reforçando a necessidade da participação da sociedade civil, usuários e poder público na gestão das águas através dos comitês de bacia e Conselhos estadual e federal de recursos hídricos.

16º Congresso de Atuação Responsável

Evento realizado pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), com objetivo de discutir como o Programa de Atuação Responsável pode contribuir para as demandas atuais das empresas por processos cada vez mais seguros e sustentáveis.

Seminário: Paisagem, conservação e sustentabilidade financeira: a contribuição das RPPNs para a biodiversidade Paulista

Evento realizado pela Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo, em Espírito Santo do Pinhal, dialogou sobre conservação, restauração ecológica, planejamento da paisagem, biodiversidade, políticas públicas, legislação ambiental e geração de renda. Na ocasião, o Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles, efetuou a assinatura das resoluções sobre o reconhecimento das duas novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – (RPPNs) no estado e, em seguida fez a entrega dos certificados: da RPPN Paineira, de propriedade da empresa International Paper do Brasil e da RPPN Alto do Deco, de propriedade de Antônio Carlos Braga.

Encontro com a Sociedade Civil das Bacias PCJ

O DMA participou do 1º encontro com a sociedade civil das Bacias PCJ, realizado em Jundiá pelo Consórcio PCJ. O encontro teve como objetivo debater quem são os atores na gestão da água e quais são as formas de participação da população nos diversos entes do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos. O Consórcio PCJ

promoveu diversos encontros em várias cidades que compõem a Bacia PCJ.

Fórum Desenvolvimento e Economia de Baixo Carbono

Evento organizado pelo Instituto Escolhas, Insper e Folha de S. Paulo, debatendo os caminhos que o Brasil precisará percorrer para construir uma economia de baixo carbono, a partir da análise de conjuntura econômica e industrial que o país atravessa. Durante o evento foram destacadas a importância do agronegócio como solução, frente aos programas para conter desmatamento bem como em relação aos recursos renováveis, necessidade de aumento na eficiência de produção nos setores de serviços, indústria e agricultura.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

O DMA participou do Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), quando foi apresentada a proposta de Plano Diretor Regional (PDR), contribuição preliminar às propostas do PDUI.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Ajuste complementar MRE S/Nº, de 16 de setembro de 2016 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto "Conservação da Biodiversidade através da integração de serviços ecossistêmicos em políticas públicas e na atuação empresarial".

Portaria Ibama nº 32, de 19 de outubro de 2016

Altera a Portaria Ibama nº 24/2016, que aprova o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental (RIF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Portaria MMA nº. 462, de 20 de outubro de 2016

Altera a Portaria nº 425/2016, que institui o Grupo de Trabalho para elaboração da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (GT – PNIF).

Resolução ANA nº. 1254, de 24 de outubro de 2016

Dispõe sobre o critério para decisão quanto ao deferimento de pedidos de outorga para diluição de efluentes tratados situados em rios de domínio da União intermitentes ou efêmeros, passando unicamente a verificação quanto ao devido tratamento do efluente, não sendo realizada a análise de disponibilidade hídrica do corpo receptor.

Decreto nº. 8.892, de 27 de outubro de 2016

Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável.

Portaria Ibama nº 34, de 8 de novembro de 2016

Institui o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Ibama.

Portaria MCTIC nº. 4.876, de 10 de novembro de 2016

Institui o Comitê de Coordenação Institucional do Projeto "Desenvolvimento de sistemas de prevenção de incêndios florestais e monitoramento da cobertura vegetal no cerrado brasileiro" (FIP/MCTIC), projeto de condução técnica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tendo como agência implementadora a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) e aporte de recursos financeiros realizado pelo Forest Investment Program (FIP) através do Banco Mundial (BIRD), e estabelece suas competências.

Projetos de Lei (PL)

PLS nº. 414/2016 - Altera a Lei nº 9.605/1998, para determinar que não se aplicam às obras e aos serviços executados nas faixas de domínio das rodovias e ferrovias federais e nos portos federais já implantados as sanções da Lei de Crimes Ambientais.

PLS nº. 375/2016 - Altera a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605/1998 e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa.

PL nº 6475/2016 - Altera a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605/1998; e dá outras providências, para instituir Regime Especial de desoneração fiscal para empresas especializadas em reciclagem.

PL nº 6454/2016 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estipular o limite de 50% do valor da tarifa ou taxa de esgoto em relação à tarifa ou taxa de água do imóvel.

PL nº 6430/2016 - Acrescenta artigo à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a utilização de papel reciclado pela administração pública.

PL nº 6411/2016 - Acresce o § 6º ao art. 35 da Lei nº 12.651/2012 e altera a descrição do Código 20 do anexo VIII da Lei nº 6.938/1981, acrescido pela Lei nº 10.165/2000, para dispensar do licenciamento ambiental a atividade de silvicultura quando o plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas se der em áreas rurais consolidadas, ou em áreas que se encontrem degradadas em função de impacto antrópico a qualquer tempo, e desde que localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente ou de Reserva Legal. Revogam-se, parcialmente, a Resolução Conama 1/86 e a Resolução Conama 237/97.

PL nº 6370/2016 - Altera o art. 73 da Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente para alterar a destinação das multas aplicadas por infração ambiental que cause dano ambiental grave.

PL nº 6346/2016 - Dispõe sobre a utilização de materiais plásticos e de isopor em bandejas, copos, pratos, talheres e outros utensílios descartáveis para o acondicionamento de alimentos.

PL nº 6325/2016 - Acresce dispositivo à Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre suas prioridades.

PL nº 6293/2016 - Modifica a Lei 12.187/2009, e a Lei 12.249/2010, incluindo o setor de aviação civil no âmbito da Política Nacional de Mudanças do Clima.

Estadual

Resolução SMA nº 75, de 21 de setembro de 2016

Altera parâmetros de avaliação dos critérios BIO2 e EAM5, do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2016.

Resolução SMA nº 79, de 29 de setembro de 2016

Dispõe sobre o funcionamento da Ouvidoria Ambiental do Estado de São Paulo, estabelece orientações quanto aos procedimentos de apuração preliminar de possíveis infrações disciplinares, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, e dá providências correlatas.

Resolução SAA nº 64, de 20 de outubro de 2016

Estabelece normas complementares, necessárias à execução do "Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água".

Decreto nº 62.229, de 24 de outubro de 2016

Altera a redação do "caput" e incisos do artigo 27 do Decreto nº 54.645, de 1º de março de 2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Resolução SC nº 119, de 31 de outubro de 2016

Dispõe sobre a regulamentação da área envoltória da Reserva Florestal da "Fazenda Santa Genebra", nos Municípios de Campinas e Paulínia.

Decreto nº 62.243, de 1º de novembro de 2016

Dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura, no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 83, de 5 de novembro de 2016

Acrescenta dispositivo à Resolução SMA nº 48, de 26/5/2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

Resolução SMA nº 91, de 17 de novembro de 2016

Altera dispositivo da Resolução SMA nº 16, de 3/4/2007,

que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Florestas (Sieflor), no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Decisão Cetesb nº 210, de 28/9/2016

Disciplina o licenciamento ambiental de instalações

portuárias no Estado de São Paulo.

Decisão Cetesb nº 256, de 22/11/2016

Dispõe sobre a aprovação dos "Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2016" e dá outras providências

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

JANEIRO

Até 31 de Janeiro de 2017

Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH

A quem se aplica: A declaração é obrigatória para os usuários de recursos hídricos que possuem pontos de captação nos corpos hídricos ou trechos de rios, de domínio da União, de acordo com critérios constantes na Resolução ANA 603/2015. Também devem declarar aqueles usuários de recursos hídricos que, independentemente dos corpos d'água e da vazão, possuem condicionantes nas respectivas outorgas.

Como fazer: A declaração é realizada por meio do preenchimento eletrônico de formulário, via Sistema CNARH, na qual o usuário deverá informar os volumes de água captados a cada mês durante o ano nos pontos de interferência outorgados em corpos d'água.

Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH

A quem se aplica: O preenchimento do cadastro é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que sejam usuárias de recursos hídricos, sujeitas ou não a outorga (Resolução ANA 317/2003).

Como fazer: O CNARH é realizado uma única vez por meio eletrônico e as informações fornecidas devem permanecer atualizadas.

SAIBA MAIS
www.fiesp.com.br/monitore

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>.



FIESPAMBIENTAL

twitter.com/FiespAmbiental